

BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO BRASIL

Rodrigo Coope Caldeira*

Falar sobre a história é um exercício de julgamento. Nenhum historiador está isento de seus posicionamentos e, se honesto, deve deixar bem claro da onde fala, de qual lugar parte, para assim, se fazer o minimamente compreendido. De fato, falar sobre a história da América Latina e Brasil, em seus quinhentos e poucos anos de história, por volta de uma hora, é um grande desafio, e porque não, um grande risco. O primeiro deles, e que já pode ter tido certo efeito em alguns ouvidos mais treinados por uma historiografia mais crítica, já aparece nesses poucos segundos de minha fala: a história deste continente tem “apenas” quinhentos anos? Essa pergunta não é nova e já apareceu anteriormente, sempre naqueles momentos em que tentamos fazer memória do evento da chegada dos europeus em terras americanas, especialmente quando em, 1992, comemorava-se este jubileu de 500 anos daquilo que a historiografia mundial passou a chamar de “Descobrimientos”, de “Era dos Descobrimientos”. Se assumirmos sem muita reflexão estes “Descobrimientos”, assumimos que algo que estava “coberto”, no caso a América, poderíamos dizer, coberto pelo véu da ignorância, assumimos que determinado grupo foi responsável pela tal “descoberta”, levantando tal véu, deixando a realidade à mostra. E qual realidade? A de um mundo que logo foi dado como “novo”, um “Novo Mundo”. Contudo, perguntaríamos, com Italo Calvino, num de seus textos reunidos em “Coleção de areia”, “Como era novo o novo mundo”¹? Dizemos, geralmente, nós historiadores, que é justamente a partir da descoberta da América que a relação com o “novo” passa a mudar na consciência europeia ocidental. E é justamente por isso que costumamos dizer que a era moderna começa ali, pois, os conquistadores desse “Novo Mundo”, historicamente, pertenciam à época da transição entre uma Idade Média “espiritual” e a época moderna, que coloca as realizações materiais no topo de sua escala de valores. Cristóvão Colombo, no caso, funda, como defende To-

* Professor e pesquisador da Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Dottore in Scienze della Religione, storico e professore nella PUC – Pontificia Università Católica do “Minas Gerais”.

¹ Italo CALVINO, *Coleção de areia*. São Paulo, Companhia das Letras 2010, pp. 17-24.

² Tzvetan TODOROV, *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes 2003.

dorov em seu “A conquista da América – A questão do outro”², a Idade Moderna a partir de elementos de uma cosmovisão medieval, já que é a vitória universal do cristianismo que o anima a se aventurar, considerando-se eleito e encarregado de uma missão divina, e vendo por toda parte a intervenção divina.

Se fixarmos nossos olhares na história das representações da América criadas pelos europeus, muitas transformações se dão nos anos posteriores aos “descobrimientos”. A primeira questão dos europeus é se aqueles habitantes da América pertenciam ao gênero humano. A resposta é positiva, nas suas primeiras formulações. Não só são seres humanos mas também, como diz Italo Calvino, exemplares de uma beleza clássica³. É quando nasce ou se aprofunda, então, o mito da vida feliz, como nas já conhecidas Idades de Ouro ou Paraíso Terrestre. Num carta apócrifa, atribuída a Vespúcio, e conhecida como “Mundus Novus” e publicada em 1503, deixa um testemunho das regiões recém-descobertas: “bondade e inocentíssima índole”, “gente mansa e tratável”, “vivem muito tempo, e não têm enfermidade nem pestilência ou malária [...] Não dão qualquer valor nem ao ouro, nem à prata, nem a joias”. Paulo III, em 1537, declara: “Os índios são verdadeiramente humanos [...] não só capazes de compreender a fé católica, mas extremamente desejosos de recebê-la”⁴. As representações do “bom selvagem” no imaginário europeu se transformam nos séculos vindouros, sempre criando um indígena à sua maneira, refletindo as condições político-culturais do continente europeu. O “bom selvagem” é um animal europeu⁵.

Tais questões relacionam-se estreitamente à pergunta de “quando começa a história da América?”, no nosso caso, a história da América Latina e Brasil. Existem diferentes respostas. Uma delas surge no século XIX, e descreve primeiramente o meio geográfico, passando aos primitivos habitantes – e aqui “primitivo” quer dizer aqueles que viviam desde os “primeiros tempos” nessa região planetária –, para só, posteriormente, chegar ao “Descobrimento” por espanhóis e portugueses. Outros autores preferiram começar a história dessa região pelo próprio “Descobrimento”, privilegiando querelas sobre a precedência deste ou daquele navegador, avultando os grandes personagens, como Colombo, Cabral, Vespúcio, entre outros. Uma terceira visão superpõe a história da América à dos países “descobridores”, recuando-se até a dominação romana na Península Ibérica. Atualmente, a tendência majoritária é a de situar os “Descobrimientos” na América no vasto processo da expansão europeia⁶. Processo que não é desta ou daquela nacionalidade em ascensão, deste ou daquele Estado, mas que envolveu

³ I. CALVINO, *Coleção de areia...*, p. 19.

⁴ *Ibid.*

⁵ Sergio Paulo ROUANET, *O mito do bom selvagem*, in Aauto NOVAES (org.) *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras 1999.

⁶ Fernando A. NOVAIS, *Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica*, in ID., *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo, Cosac Naify 2005, pp. 23-44.

uma complexa trama de relações que se estendia por toda a Europa, processo que longe de ser apenas “econômico” ou comercial, envolveu interesses e ações políticas, mutações linguísticas, concepções filosóficas, conflitos religiosos⁷. Assim, tal perspectiva, que assumimos, remete-nos àquela pergunta que marca a reflexão de Max Weber, de por que foi na civilização ocidental, e “somente na civilização ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais dotados (como queremos crer) de um desenvolvimento universal em seu valor e significado”⁸? Não podemos nos debruçar mais detidamente na questão, mas o que importa para nós agora, é que tal desenvolvimento universal traz seus tentáculos até a América, e esta, a América, como a conhecemos hoje, é resultado dessa grande aventura, aventura que leva a um – se não o maior – encontro civilizacional de todos os tempos. Quando os europeus e os ameríndios se “reencontraram”, no Caribe e no Brasil, romperam um isolamento das migrações humanas que completava 50 mil anos. Se tal impacto não foi de marcante leveza, como um encontro de amigos que há muito não se vêem, com a provocação de inúmeras epidemias e choques culturais violentos, aquele encontro foi sim um dos episódios mais extraordinários da história do povoamento do ser humano sobre a terra.

De forma geral, podemos dividir a história deste encontro em dois grandes momentos, sempre atentos para a conjuntura mundial, isto é, aquela assinalada pela expansão do capitalismo, que tem seus primórdios na ascensão e consolidação da burguesia a partir do século XIII. No primeiro deles, aprendemos o encontro propriamente dito, e aquela fase de sujeição da América aos interesses europeus, tanto econômicos quanto culturais, e a tentativa de reproduzir aqui a vida europeia. Num segundo momento, tomamos o processo que levam às tentativas de rompimento da situação de subordinação aos europeus, e que levam às experiências de independências dos Estados americanos.

Concentrando nosso olhar sobre o Brasil, dizemos que temos o primeiro momento entre 1500 e 1808/1822, quando a América Portuguesa está sob o jugo do chamado Pacto Colonial (monopólio, plantation-latifúndio, trabalho escravo), e o segundo momento, de 1808/1822 como aquele da invenção do Brasil como uma nação. A historiografia separa a primeira fase em duas: um período pré-colonial, que vai de 1500 a 1530 e um período de 1530 a 1808.

Para falar da primeira me remeto ao belo livro de Alfredo Bosi, “Dialética da colonização”⁹. Nele aparece a questão linguística, a etimologia de “colônia”: cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino, *colo*, cujo participípio passado é *cultus* e o participípio futuro é *culturus*; *colo* significa eu moro, eu ocupo a terra, e por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo; *colo*, assim, é matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar. Falando sobre os tipos de colonização, Bosi afirma que existe

⁷ *Ibid.*

⁸ Max WEBER, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira 2000, p. 1.

⁹ Alfredo BOSI, *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras 1992.

aquele que se atém ao simples povoamento e o que conduz à exploração do solo. *Colo* está em ambos: eu moro, eu cultivo. E, perguntaríamos, o que diferencia o habitar e o cultivar do colonizado? Em princípio, o deslocamento que os agentes sociais fazem de seu mundo de vida para outro onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio. *Cultus*, por seu turno, é sinal de que a sociedade que produziu seu alimento já tem memória; o que foi trabalhado sobre a terra, cultivado; o que se trabalha sob a terra; e também culto, enterro dos mortos¹⁰.

A partir dessa questão etimológica, caímos na questão dos tipos de colonização, questão que foi analisada corriqueiramente pelos historiadores, porém de forma mais vertical por Fernando Novais¹¹. De fato, para entendermos o lugar da América Latina, especialmente o Brasil, no período denominado “colonial”, é necessário um olhar, rápido que seja, sobre uma visão global e integrado do sistema colonizador que lastreia todos os elementos formadores do Brasil moderno. Novais, em uma de suas afirmações, nos diz que a “colonização se apresenta como uma modalidade das migrações humanas, como uma forma evoluída de elaboração do ecúmeno”, como um “processo de humanização da paisagem terrestre, na ampliação da área de expansão da espécie humana”¹². Assim, “colonização” significa uma forma de ocupação e valorização de novas áreas, forma superior por ser orientada pelo Estado moderno. O que é importante para nós é que a colonização portuguesa no Brasil, no caso, na época mercantilista, assume a posição de componente essencial no conjunto de elementos que estruturam as novas bases do sistema-mundo, definindo os demais e estruturando-os. Novais afirma: “Assim, na colonização da época mercantilista, a ocupação e a valorização das novas áreas – a europeização do Novo Mundo – se processa nos quadros do ‘Sistema Colonial’ que informa todo o movimento”¹³. É em função das características da vida econômica europeia, ou seja, em função da estrutura e do funcionamento do “capitalismo comercial” que a expansão da colonização passa a desenrolar-se. Dessa forma, a América Latina e o Brasil apresentam-se como produto da colonização europeia e a parte integrante do antigo Sistema Colonial. Assim sendo, “colonização significa, no plano mais genérico, alargamento do espaço humanizado, envolvendo ocupação, povoamento e valorização de novas áreas [...] como processo criador de colônias, essas novas regiões configuram entidades políticas específicas (colônias), que se definem na relação bilateral metrópole-colônia [...] exploração e povoamento constituem-se nos dois sentidos básicos em que se processa o movimento de europeização no mundo, delimitando as duas categorias fundamentais de colônias geradas nesse período”¹⁴. No

¹⁰ *Ibid.*, pp. 11-12.

¹¹ F. A. NOVAIS, *Colonização e sistema colonial...*, pp. 23-44.

¹² *Ibid.*, p. 25.

¹³ *Ibid.*, p. 27.

¹⁴ *Ibid.*, p. 35.

Brasil, foi constituída uma colônia de exploração, tendo em vista que, evidentemente, não pode haver exploração sem povoamento.

Essa primeira fase de expansão européia, consistiu basicamente na abertura de novos mercados e estabelecimento de condições vantajosas para a realização do comércio ultramarino. No processo de expansão, a Europa descobre (redescobre) o Novo Mundo. Seria impossível prosseguir na sua exploração puramente comercial, dado que inexistia nesta parte do mundo uma produção organizada de produtos que interessam os mercados europeus, como aqueles da Ásia. Era preciso assim organizar aí uma produção para a economia central européia, tornando-se fundamentais e indispensáveis, ocupação, povoamento e valorização. Dessa forma, é importante frisar que a colonização moderna significou um desdobramento da expansão puramente comercial, a transição da órbita da simples circulação, para o nível da produção econômica no Ultramar. Caio Prado Júnior, uma dos mais lidos e importantes intérpretes do Brasil nos diz em seu clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*¹⁵: produzir para o mercado exterior, fornecer produtos tropicais ou metal nobre ao comércio europeu – eis o “sentido da colonização”. De fato, ela se apresenta agora como uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação originária, o que Marx chamava de *acumulação primitiva de capital*, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno europeu. Dito isto, tentamos demarcar a posição metodológica a partir da qual se deve proceder a análise da história da colonização, ou seja, do primeiro momento, definido por mim no início, como a primeira fase da história da América Latina e Brasil.

Tendo claro, pois, que o Brasil-Colônia se dá em função de um sistema maior, que o ultrapassa, ou seja, os quadros do Antigo Sistema Colonial – marcado por política econômica mercantilista – e que se liga inteiramente ao contexto político europeu da emergência e consolidação dos Estados modernos absolutistas, passamos agora as características principais dessa colonização, tendo em vista também a bipartição da história colonial brasileira em pré-colonial e colonial, *strictu sensu*.

Sabemos que a primeira preocupação dos Estados colonizadores será de resguardar a área de seu império colonial. Para tanto, a medula do sistema, seu elemento definidor, residirá no monopólio do comércio colonial. Tal elemento define o sistema colonial porque é por meio dele que as colônias preenchem a sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem. Como centro da vida colonial, o monopólio comercial será definidor das futuras nações latino-americanas e do Brasil na nascente divisão internacional do trabalho. Caráter definidor que ainda hoje marca os países da região no que tange seu lu-

¹⁵ Caio Prado JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Companhia das Letras 2011.

gar no capitalismo mundial (o Brasil ainda se caracteriza por ser exportador de *commodities*). Ultrapassando a noção de que este “pedaço de terra” era um empecilho para a chega ao lugar que realmente interessava, a Índia e suas especiarias, o continente americano passa a ser compreendido como cheio de possibilidades na expansão capitalista. Para tanto, os portugueses, que entre 1500 e 1530 não demonstraram bastante interesse pelas terras recém-descobertas, – fazendo dela apenas um fornecedor de pau-brasil – mudam de posição ao descobrirem que a Espanha encontrava ouro em suas colônias e que o litoral do Brasil passava a ser alvo de interesses também de outros países, como França, Inglaterra e Holanda. Assim sendo, as primeiras decisões administrativas vieram se suceder a divisão da colônia nas chamadas capitânicas, transportando a organização jurídica de Portugal para a colônia, utilizando-se, da mesma forma que na metrópole, de certos usos no que tange à distribuição de terras (sesmarias: terra doada ao sesmeiro. O direito de doação era atributo, a princípio, dos capitães donatários e, depois, dos governadores das capitânicas. Uma légua de frente e três de fundo. Na colônia, porém, o preceito das Ordenações Manuelinas (1512) e das Ordenações Filipinas (1603) que proibia doação de extensão de terra maior do que colono pudesse aproveitar jamais foi considerado na colônia, atraído justamente pela vontade de se tornar grande proprietário), instituindo a figura do Governador-Geral (principal autoridade política, administrativa e militar da colônia. Posteriormente o título foi de Vice-rei. Para assessorá-lo foram criados os cargos de ouvidor-mor, provedor-mor da fazenda e capitão-mor da costa) em 1548 e optando pela produção do açúcar, já que num primeiro momento não encontraram os metais preciosos tão cobiçados pela Coroa, diferentemente da Espanha, que os encontrou nos primeiros momentos de sua chegada à América.

Principal produto da colônia, até se encontrar o ouro no sudeste da América Portuguesa nos fins do século XVII, o açúcar marcou profundamente os três primeiros séculos da história econômica, política e social do Brasil. Produto originário da Ásia e conhecido na China e na Pérsia, foi produzido desde a Antiguidade e consumido como caldo fresco e engrossado. No século VII os árabes o introduziram no sul da Europa. Após o século XI, o cozimento do caldo permitiu solidificá-lo e, assim, transportá-lo a longas distâncias. No século XII foi introduzido no Mediterrâneo Oriental pelos venezianos, detendo o segredo de sua refinação. Finalmente os portugueses apossando-se das técnicas do refino, levaram a cana-de-açúcar para as recém-descobertas ilhas da Madeira e São Tomé. Dessa forma, devido à necessidade de colonizar o Brasil, e já que em sua área americana, diferente do Oriente, Portugal não possuía nenhuma produção local e nenhum mercado para os produtos europeus, fez-se necessária à montagem da empresa colonial a escolha de um produto que vinculasse a economia da colônia à economia metropolitana. Além de ser uma especiaria de alto valor, os portugueses já cultivavam a cana e manufaturavam o produto nas ilhas do litoral africano. Introduzida em São Vicente, atual São Paulo, em 1533 por Martin Afonso de Souza, a cana progrediu ao longo do litoral, na direção norte, tendo seu desen-

volvimento maior no Nordeste. O estabelecimento do engenho (designação do local de fabricação do açúcar, que se estendia ao conjunto da grande propriedade açucareira) exigia mão-de-obra, o que levou, a princípio, à utilização da força de trabalho indígena, que não prosperou, devido ao fato de ser apenas negócio interno, além da oposição de alguns grupos religiosos, e de não contar com um mercado internacional também em expansão, qual seja, o tráfico negreiro. Este foi, desta forma, iniciado em 1539, gerando enormes lucros para a metrópole¹⁶. Os primeiros escravos africanos vinham da Guiné e Angola, através dos portos de Benguela e Luanda. A multiplicidade de etnias se dava em função do processo de aprisionamento do negro na África e do interesse dos senhores (compradores), que preferiam ter cativos com hábitos, dialetos e costumes e culturas diferentes, para evitar sua integração e possíveis insurreições e rebeliões coletivas. O tráfico negreiro intensificou-se a partir do século XVII e cresceu consideravelmente no século XVIII, em razão da mineração, mas só atingiu seu ponto máximo no século seguinte, em função das lavouras cafeeiras¹⁷.

Paralelamente à produção do açúcar, certo era que a Coroa portuguesa, desde o início do processo colonizador, incentivava a busca de metais preciosos no território brasileiro, concedendo aos descobridores mercês (benesses concedidas pelo monarca aos vassallos por serviços prestados à Coroa), como sesmarias, e datas (propriedade concedida aos mineradores pela Coroa, para exploração, equivalia a um quadrilátero de 60 varas de comprimento por oito de largura – por volta de 1m e 10) a serem exploradas. A atividade mineradora surgiu, inicialmente, no sul do Brasil; posteriormente, por volta de 1680, novas jazidas de ouro foram descobertas na região de Curitiba e Paranágua, pelos bandeirantes paulistas, os principais descobridores do ouro na colônia, todavia, bastante reduzidas. Em finais do século XVII, foram descobertas riquíssimas jazidas auríferas na região central do território de Minas Gerais – arredores de Vila Rica (Ouro Preto), Sabará, Mariana, São João Del-Rei, Pitangui e outros centros, cujo montante de produção chegou a atingir, entre os anos de 1735 e 1740, um total de 10.710 kg. A área foi rapidamente povoada por aventureiros vindos de diversas partes da colônia e de Portugal, e a Coroa teve que adotar controle mais rígido dessa população, para garantir a arrecadação do tributo (quinto) e evitar o contrabando, montando para tanto um aparato administrativo de cunho tributário e fiscal: a Intendência das Minas [...], Casas de Fundição e Moeda [...] e o sistema de Capitação e Censo de Indústria [...]. O auge da produção aurífera esteve centrado nos anos de 1750 a 1755, com um total aproximado de 15.760 kg. Na verdade, é impossível um cálculo mais preciso de todo o ouro extraído nas diversas regiões, devido ao montante contrabandeado, e portanto não regis-

¹⁶ Stuart B. SCHWARTZ, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras 1988.

¹⁷ Jaime RODRIGUES, *O infame comércio*. Campinas, Unicamp 2000.

trado. A decadência da mineração, tanto de ouro quanto de diamantes, descobertos por volta de 1720, foi causada pela depreciação das pedras, devido ao grande volume de gemas existente no mercado europeu¹⁸. Somava-se a isso uma administração ineficiente e freqüentemente corrupta, incapaz de racionalizar a produção e diminuir os custos. Além disso, a Coroa Portuguesa não introduziu quaisquer melhoramentos técnicos nem incentivou a difusão de maiores conhecimentos mineratórios, mesmo desejando aumento de produção. Curioso notar que, embora no século XVIII as atenções e preocupações da metrópole voltassem principalmente para a atividade mineradora aurífera e diamantífera, o açúcar rendeu bem mais para os cofres reais do que as minas. O desenvolvimento da mineração significou a mudança do pólo dinâmico da economia, até então centrado no Nordeste açucareiro, para a região Sul e Sudeste do território, levando, inclusive, à mudança da sede administrativa colonial de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. O incremento da atividade mineradora produziu ainda a intensificação do tráfico negreiro e do tráfico interno, gerando um rápido processo de povoamento do interior do território brasileiro, o aparecimento de novas atividades econômicas e o aumento das relações comerciais entre as regiões mais distantes e os centros urbanos, formados a partir da mineração. Não sendo uma atividade que demandava grandes somas de dinheiro, a mineração abria oportunidades de sobrevivência para indivíduos sem posses. Certo é que Portugal, diferentemente de outros países, não empreendeu grandes investimentos no desenvolvimento industrial nascente, mas os rendimentos da mineração foram investidos na construção de luxuosos palácios, igrejas e nos luxos da corte, além de que grande parte do ouro extraído tenha sido repassado à Inglaterra, já que com aquele país Portugal havia assinado um tratado desvantajoso, o *Tratado de Methuen* em 1703 (franquia do mercado inglês aos vinhos portugueses e a dos mercados portugueses aos tecidos ingleses. O consumo dos vinhos pelos ingleses jamais alcançou a cota de consumo de tecidos ingleses, e suas terras agricultáveis foram, em grande parte, transformadas em vinícolas, gerando escassez de alimentos, com conseqüente aumento de preços e a necessidade de importação. Para a Inglaterra foi benéfico, já que o tecido produzido em suas manufaturas acabou sendo pago com o ouro extraído no Brasil, ao mesmo tempo, um boicote ao vinho francês, seus inimigos tradicionais)¹⁹.

Ponto fundamental é aquele que trata da história das ditas “independências”. Desde a primeira delas, a das “Treze colônias” em 1776, a idéia de liberdade varreu toda a América, levando, em efeito dominó, país após país, conquistar sua independência política. Digo política, pois a econômica ainda marcaria a região por séculos. O Brasil teve experiência curiosa nesse processo, e muito particular.

¹⁸ Rubim Santos Leão de AQUINO et al., *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro, Record 2008.

¹⁹ *Ibid.*

D. João VI, rei de Portugal, foge com toda a Corte (por volta de 15 mil pessoas) para o Brasil, e abrindo os portos às nações amigas – leia-se Inglaterra – acelerou o processo de independência do Brasil, que não se deu em apenas um dia, o tal “7 de setembro”, mas sim durante anos. Devido ao receio de quebra da unidade da América Portuguesa, os mentores da independência optam inteligentemente pela monarquia como regime de governo; vêem na figura do rei a possibilidade de manutenção de tal unidade. Numa Assembléia Constituinte que em sua maioria apontava para uma monarquia parlamentar, logo foi levada abaixo pelos interesses centralizadores de uma elite escravista, levando ao nosso primeiro “golpe” – daqueles que muito se repetiriam nos próximos cento e poucos anos – com D. Pedro dissolvendo a assembléia e outorgando uma Constituição centralista, o que leva nas duas próximas décadas a rebeliões e conflitos em busca das autonomias locais²⁰.

A independência é alcançada – política, recorde – porém, a estrutura econômica permanece inalterada. O tripé da base colonial não se resta de todo – já que o monopólio comercial de Portugal cai –, mas uma a monocultura e o trabalho escravo continuam a sustentar o sistema. Saímos da dependência portuguesa para a dependência inglesa, que mais tarde seria substituída pela norte-americana (e quiçá hoje o nascimento de uma chinesa). O momento é muito importante para uma compreensão atual de algumas de nossas mazelas, como por exemplo, o acesso a terra. No reinado de D. Pedro II temos a promulgação da Lei de Terras, de 1850. Tal lei foi a primeira a dispor sobre o direito agrário no Brasil e dispunha a compra como a única forma de acesso a terra, abolindo o secular regime de sesmarias, que se caracterizava pela doação de faixa de certa faixa de terra àquele que tinha condição de fazê-la prosperar. Se o indivíduo estivesse na terra há pelo menos três anos, teria direito de posse sobre ela. Além da questão da terra, a questão do trabalho também passou por mudanças no período monárquico. O tráfico de escravos foi abolido no início do período, porém não a escravidão, que o será só no final do período monárquico, em 1888 – pela pressão inglesa, embalada pelos ideais liberais, na busca de novos mercados consumidores –, o papel dos imigrantes na formação de uma classe trabalhadora crucial no período cada vez menos presença escrava, chegando por aqui, alemães, italianos, espanhóis e também pessoas provenientes da Europa Oriental. O Brasil constituía assim mais uma amálgama na sua já híbrida formação humana. Além de uma economia primária, agora assinalada pela presença cada vez maior dos cafezais, a indústria passa a se desenvolver²¹. Paralelamente a este desenvolvimento presencia-se a emergência, cada vez mais contundente, do ideal republicano, que se cristaliza e leva ao golpe que derruba a monarquia, constituindo assim, como seus vizinhos, um Brasil republicano. Crise econômica, polí-

²⁰ Emília Viotti DA COSTA, *Da monarquia à república*. São Paulo, Unesp 2010.

²¹ J. RODRIGUES, *O infame comércio...*

tica e também religiosa, aceleram as mudanças. A história do Brasil republicano é perpassada por inúmeros acontecimentos, que nos trazem até a experiência atual. Marcada como um “revolução do alto” e controlada pelos militares e depois pela elite agrária, o povo assistiu a mudança de regime “bestializado”²². A grande propriedade rural monocultora e voltada para a exportação foi mantida como base da economia, além da estrutura política, sustentada no mandonismo dos coronéis e das oligarquias agrárias. A política do “café-com-leite” foi a marca da primeira república, até a chegada ao poder de Getúlio Vargas. Tal política era marcada pela alternância no poder de duas das maiores oligarquias, a de São Paulo e a de Minas Gerais. Tratava-se de um pacto de governabilidade, pelo qual o poder central se comprometia a apoiar grupos dominantes nos estados em troca de sustentação no Congresso Nacional. A interrupção desta política se deu em 1930, quando os mineiros aliaram-se aos gaúchos para derrubar o governo eleito de Washington Luís. O período foi também marcado por inúmeras revoltas, como a de Canudos (1893) e inúmeras rebeliões urbanas, além da Guerra do Contestado (Paraná e Santa Catarina) e as diversas rebeliões tenentistas (propunham o voto secreto, a moralização da vida pública, medidas de defesa dos interesses nacionais). No período já era possível notar a emergência da ideologia comunista entre os intelectuais brasileiros, o que leva a várias tentativas de tomada do poder pelos militantes, como o organizado por Carlos Prestes. A Era Vargas inicia-se, assim, sob o medo do “comunismo ateu” e com carga claramente fascista, com culto ao líder, visto como o “pai dos pobres”. Entre 1937 e 1945 teve-se a experiência ditatorial varguista, com nova Constituição, inspirada nas cartas da Itália e Polônia. Amparado por forte sistema propagandístico (Departamento de Imprensa e Propaganda), Vargas conseguiu certa unanimidade, mesmo que com revoltas aqui e ali. Muito lembrado de seu governo são as normas reunidas na Consolidação das leis do Trabalho (CLT), que estabelecia regras nas relações entre empregadores e trabalhadores, férias, descanso remunerado, aposentadoria, aviso prévio etc. Além disso, é também lembrado pelos historiadores a emergência de uma considerável classe média no período, além de uma política econômica de forte ingerência estatal, com a criação da Cia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, a Cia Vale do Rio Doce e a Fábrica Nacional de Motores. Com o fim da Segunda Grande Guerra em 1945, Vargas não suporta as contradições de suas posições, caindo no mesmo ano. Abre-se mais uma vez um período de democratização, que duraria até 1964, quando um golpe colocaria o Brasil, mais uma vez, nas mãos dos militares. Esse entremeio foi caracterizado por abertura de mercado, tanto no período de governo de Eurico Gaspar Dutra como de Juscelino Kubitschek, que chega ao poder com uma agressiva política desenvolvimentista, baseando-se no slogan “cinquenta anos em cinco”, com implantação

²² José Murilo DE CARVALHO, *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras 1987; ID., *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras 1990.

de indústria automobilística e um surto industrial, além do projeto de uma nova capital, Brasília. O ciclo militar no Brasil vai de 1964 a 1985, com altos e baixos no que diz respeito à repressão. O grande medo que se abatia sobre muitos era o comunismo. A experiência de Cuba e a emergência de grupos mais radicais no Brasil, levam ao endurecimento do regime, que chega ao seu ápice em 1968 com o Ato institucional número 5, o AI-5. Mesmo sob o signo da repressão, a política econômica do país foi marcado por relativo sucesso, sendo chamado nesse período de “milagre brasileiro”. O país tornara-se mercado atrativo para grandes capitais, como empréstimos públicos e investimentos diretos, expansão do mercado consumidor, com grandes linhas de crédito e incentivo às exportações, que crescem e se diversificam. A distensão chega somente no final da década de 1970, que começa com Geisel e se aprofunda com a subida ao poder de João Baptista Figueiredo. Em 1984 temos a campanha das Diretas-Já, iniciada pelo Partido dos Trabalhadores e com ampla participação dos movimentos católicos de vanguarda. Mesmo com a pressão, o governo militar derrota a proposta de eleições livres e diretas, estabelecendo que os votados o seriam pelo Colégio Eleitoral. A eleição ocorre no início de 1985, sendo eleito a chapa Tancredo-Sarney. Ficando doente e morrendo em seguida, Sarney assume a presidência, sendo o período de seu governo marcado por grande insatisfação, visto a hiper-inflação e o aprofundamento da pobreza e da exclusão. Brasil teria eleições diretas apenas em 1989, quando Fernando Collor de Mello é eleito. O governo Collor é marcado por tentativa de controle da inflação, porém sem sucesso. Todavia, Collor adota uma nova política econômica, que prevê desestatização e redução de impostos para produtos importados. Tais medidas representavam uma ruptura com o modelo adotado desde Vargas, adotando as principais teses do neoliberalismo. Concomitante a estas medidas, as inúmeras denúncias de corrupção leva ao seu impeachment, levando à presidência Itamar Franco em 1992. Tendo como seu ministro da fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, Itamar coloca em andamento um novo projeto para controlar a inflação e que tem uma nova moeda, o real. O novo plano foi um sucesso e leva FHC em 1995 ao cargo máximo da república, sendo reeleito em 1998. O sociólogo retoma o projeto de desestatização e vende empresas como Cia Siderúrgica de Volta Redonda, a Vale do rio Doce e o sistema de telefonia brasileiro e ensaia a implantação de algumas políticas sociais. Aprofundando a política neoliberal, o país passou por uma recessão, aprofundada pelas crises internacionais. Em 2002 elege-se o operário Luiz Inácio Lula da Silva, com discurso de mudança de modelo. Aprofundam-se as políticas sociais do governo anterior, e embalados inicialmente pelo crescimento econômico mundial insere o Brasil como novo ator de peso no cenário mundial. Seu primeiro mandato é marcado por inúmeras denúncias de corrupção, como o “Mensalão”, “mesada” paga aos parlamentares para que votassem nas assembleias em favor dos projetos governamentais. Segue-se um segundo mandato, perpassado pela crise mundial. Lula consegue colocar na presidência uma mulher, Dilma Roussef, de perspectiva mais técnica e menos afeita a arroubos ideológicos como seu companheiro do PT.